

O Verdadeiro Vestibular

Estudantes secundários percorrem as ruas do Rio protestando contra o custo das mensalidades escolares. O sangue dos jovens sempre acelerou a rotação do mundo. Escolas particulares, eventualmente, podem estar aumentando preços além do necessário ou do aceitável. Seria pena, entretanto, se, nesse caso, a energia juvenil perdesse de vista o centro da questão.

Sempre se pode vigiar melhor (ou administrar melhor) escolas particulares. Mas vigiar implica o risco de se criarem padrões coercitivos para uma área — a educação — que precisa de liberdade. O ensino particular deveria ser, para cumprir o seu papel, um território diferenciado, em que cada escola oferece um determinado padrão — e cobra por ele.

Por que se tornou tão importante, de repente, a questão da escola particular? Porque a escola pública faliu; e como a educação, segundo a Constituição, é direito de todos, vai-se cobrar da rede particular o que a rede pública não oferece: ensino bom e barato.

O problema da escola particular só pode ser solucionado pelo lado do ensino público. Quando este adquirir um mínimo de competência, a escola particular voltará a ser o que ela deve ser: uma alternativa.

Tudo indica que não há problema mais sério à espera do futuro presidente. Obviamente, o governo que sairá das urnas em novembro tem muitas outras missões espinhosas pela frente — sendo a primeira delas a de restaurar um mínimo de confiabilidade no funcionamento do Estado. Mas se não for equacionada a questão da educação, o país continuará a ser o que tem sido: um projeto desprovido de bases, pela falta de qualificação das pessoas.

A esse respeito, é bastante decepcionante acompanhar o que já aconteceu até agora em matéria de campanha eleitoral. A educação não chegou a ser posta como prioridade. Quando se lembram dela, as opiniões emitidas sublinham o desconhecimento do assunto.

Para o candidato do PT, por exemplo, a maior distorção do sistema educacional é a prioridade dada à formação de nível superior. “O ensino básico é de péssima qualidade e o ensino universitário é ótimo”, diz Luiz Inácio Lula da Silva. É possível que o candidato tenha esta opinião por não ter frequentado os cursos universitários. É verdade que o Brasil gasta bastante dinheiro com o ensino superior; mas o retorno desse dinheiro é mais que duvidoso. A UFRJ, por exemplo, uma das principais (e maiores) universidades brasileiras, oferece refeições virtualmente gratuitas ao seu enorme contingente de professores, alunos e funcionários. É esta uma destinação correta para um dinheiro que é brutalmente escasso na outra ponta do sistema?

O candidato do PC promete estatização radical do aparelho educativo, para criar “um

sistema educacional público, gratuito e laico”. Sua preocupação deve estar no artigo da Constituição que deixa aberta uma possibilidade de apoio oficial a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que comprovem finalidade não-lucrativa. É tomar a nuvem por Juno: não é por auxiliar essas escolas que o governo brasileiro deixou de cumprir seus deveres para com a educação. E as instituições assim apoiadas cobriram, em mais de um caso, lacunas clamorosas deixadas pelo ensino oficial.

Outra proposta diversionista é a do candidato do PL, Afif Domingos, que promete, se eleito, concentrar investimentos na pré-escola, segundo o argumento de que “antes de educar é preciso dar comida às crianças para formar neurônios”. Ninguém contesta ser proposta simpática; mas o que se faz com os mais crescidinhos que, justamente por terem carência de neurônios, precisam de um ensino público eficiente? Condena-se toda uma geração?

Mergulha fundo na utopia a mais conhecida e polêmica das propostas educacionais em curso: a dos Cieps, carro-chefe do candidato do PDT. A proposta foi conduzida, desde o início, com ênfase inabalável em seus eventuais efeitos políticos. O aspecto pedagógico não foi discutido seriamente. O mais grave é que uma proposta experimental, alternativa, foi transformada — ao estilo dos seus inspiradores — em verdade inquestionável.

A discussão está sendo realizada *a posteriori* — e, obviamente, sem que dela participem os autores da proposta, que a consideram indiscutível. Questiona-se o tipo de escola construída — o mesmo para todos os climas; a impropriedade das salas de aula; a falta de professores capazes de tocar o projeto. Crianças das classes pobres poderão ficar o dia inteiro na escola, enquanto estiver em vigor o pátrio poder? Terão o que fazer o dia inteiro? O problema mais grave é o dos custos: sabendo-se que as crianças brasileiras passam em média duas horas por dia na escola, é melhor conseguir que elas passem quatro — desde que isto beneficie a todas — ou montar um projeto que proporcionará oito horas de permanência a um grupo numericamente reduzido?

São questões que jamais foram discutidas a sério — o que caracteriza o modo autoritário com que o projeto (muito mais político do que pedagógico) foi levado adiante. Os políticos brasileiros ainda não pararam para pensar na educação. Aham que ela é apenas um canto de cenário; ou acham que não há dinheiro para pôr de pé um projeto educacional consistente.

São duas grandes inverdades. A educação é a única porta para a transformação real do país. E um projeto bem feito pode produzir resultados decisivos neste terreno. Mas é preciso querer. E colocar corretamente a questão. Quem se candidata a isto?